

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2005

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da Companhia Energética Meridional – CEM tem a satisfação de apresentar o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2005, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, aos quais a Diretoria Executiva sentir-se-á honrada em prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

AMBIENTE ECONÔMICO

A balança comercial brasileira obteve um recorde de US\$ 44,8 bilhões, resultando aumento de 32,8% superior ao de 2004. O risco Brasil atingiu 307 pontos-base ao final do ano, menor nível desde 1997. A inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 5,7% a.a. ultrapassando em 0,6 pontos percentuais à meta estabelecida pelo Banco Central, que era de 5,1% a.a.; permanecendo, contudo, dentro da margem de tolerância de 2,5 pontos percentuais. O resultado também representou um recuo em relação à inflação acumulada em 2004, de 7,6% a.a. (Folha Online, 12 jan. 2006). A taxa de juros básica da economia (Selic) atingiu 18,0% a.a. em 31 de dezembro.

O Real acumulou, em 2005, uma variação positiva de 11,8% em relação ao Dólar, passando de R\$ 2,6544/US\$ em 31 de dezembro de 2004 para R\$ 2,3407/US\$ em 31 de dezembro de 2005.

A atividade econômica se manteve em ritmo de recuperação, com crescimento reavaliado pelo Governo de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB).

DESEMPENHO OPERACIONAL

A geração bruta de energia elétrica da UHE Cana Brava, no ano de 2005, foi de 2.318.715 MWh, com uma disponibilidade das unidades geradoras para o sistema de 91,2%, devido principalmente aos serviços executados em garantia de responsabilidade do “Consórcio Construtor”. O “fator de capacidade” da usina foi de 58,8%, demonstrando desta forma, o bom desempenho dos serviços de operação e manutenção da usina. A UHE Cana Brava encontra-se desde 11.07.2003 em operação remota em regime ininterrupto de 24 horas por dia, através da UHE Salto Santiago.

Foi implantado desde o início da operação da usina um programa de “Segurança e Medicina do Trabalho”, com a participação dos profissionais das áreas de operação e manutenção e da saúde e segurança do trabalho, onde se enfatiza a campanha “Acidente Zero e Qualidade de Vida”, obtendo-se índices de gravidade e frequência de acidentes “zero”.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

A receita líquida do exercício cresceu 7,7% em relação à registrada em 2004, passando de R\$ 234.437 mil para R\$ 252.531 mil, em função do reajuste de preço da energia elétrica vendida para a sua controladora, Tractebel Energia S.A., conforme contrato firmado entre as partes.

Os custos de energia elétrica vendida e as despesas operacionais aumentaram de R\$ 64.445 mil em 2004 para R\$ 85.486 mil em 2005 em decorrência, basicamente, do reconhecimento dos encargos de rescisão contratual, no valor de R\$ 14.530 mil, devido aos pré-pagamentos dos financiamentos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e do aumento de 28,7%, equivalente a R\$ 4.970 mil, das despesas com encargos de uso da rede elétrica.

As despesas financeiras, líquidas das receitas, passaram de R\$ 65.863 mil em 2004 para R\$ 48.346 mil em 2005. A variação do saldo deve-se, principalmente, à redução dos encargos da dívida pelo pré-pagamento do financiamento com o BID, em maio de 2005, e da variação monetária da concessão a pagar devido à redução da variação do Índice Geral de Preço ao Mercado – IGPM (indexador do contrato) em 2005, se comparada com a do ano anterior.

Refletindo os aspectos acima comentados, o lucro líquido do exercício de 2005 alcançou R\$ 78.446 mil, 14,0% superior ao apresentado no ano anterior que foi de R\$ 68.785 mil.

Principais indicadores (expressos em R\$ mil, exceto quanto aos percentuais):

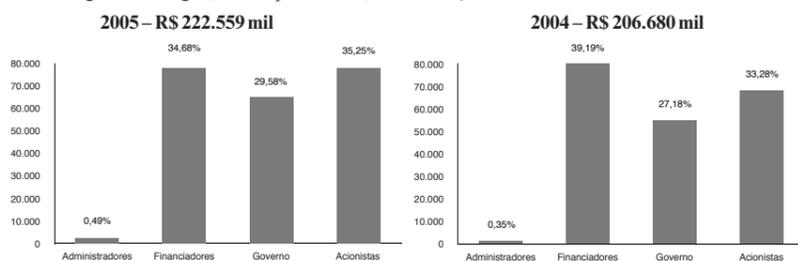
Indicadores de resultado	2005	2004	%
Receitas líquidas de vendas	252.531	234.437	7,72%
Lucro bruto	211.441	194.058	8,96%
Margem bruta	83,73%	82,78%	0,95 p.p.
LAJIDA (EBITDA) (1)	193.176	195.934	-1,41%
Margem LAJIDA (EBITDA) (2)	76,50%	83,58%	-7,08 p.p.
Resultado do serviço	167.045	169.992	-1,73%
Resultado operacional	118.699	104.129	13,99%
Lucro líquido do exercício	78.446	68.785	14,05%
Margem líquida	31,06%	29,34%	1,72 p.p.
Indicadores financeiros			
Ativos totais	1.010.277	1.090.174	-7,33%
Dívidas em moeda estrangeira	-	342.502	-
Dívidas em moeda nacional	200.926	216.023	-6,99%
Patrimônio líquido	532.009	348.563	52,63%

(1) LAJIDA (EBITDA): Lucro Operacional + despesas financeiras líquidas + depreciação e amortização.

(2) Margem LAJIDA (EBITDA): LAJIDA (EBITDA)/Receitas operacionais líquidas.

Valor adicionado e sua distribuição

O valor adicionado bruto gerado no exercício de 2005 foi de R\$ 234.801 mil, representando um acréscimo de 8,3% em relação a 2004, cujo valor foi de R\$ 216.741 mil. O valor adicionado está distribuído conforme indicado nos gráficos a seguir, e foi superior em 7,7% em relação ao exercício anterior.



A Demonstração do Valor Adicionado está apresentada às Demonstrações Financeiras, como informação adicional.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

Programas Sociais

1. Vila Vermelho

Em 2005, a Companhia implantou o Projeto de Revitalização Econômica e Social de Vila Vermelho, comunidade localizada no Município de Cavalcante, indiretamente atingida pela implantação da Usina Hidrelétrica Cana Brava.

Numa primeira avaliação, realizada logo após o enchimento do reservatório, foi recomendada a relocação da Vila Vermelho por força da formação do reservatório. Acatando a decisão dos moradores, e respaldada por estudos que apontaram para a implementação de programas e obras de infra-estrutura em vez da relocação, a Companhia desenvolveu programas que visaram capacitar as famílias da comunidade a outras formas de sobrevivência que não a minerária, já que foram exauridas as minas da região, com a conseqüente desmobilização das mineradoras que lá atuavam.

O projeto de revitalização objetivou:

- estimular o associativismo;
 - propiciar a capacitação para plantio e comercialização de produtos agrícolas;
 - viabilizar cursos de capacitação profissional e de promoção social;
 - propiciar, em parceria com a Secretaria de Educação do Município de Cavalcante, a implementação de cursos de alfabetização de jovens e adultos;
 - estimular a conservação dos recursos naturais;
 - estimular o desenvolvimento de atividades culturais;
 - resgatar a história da comunidade e de seus cidadãos, envolvendo diversas faixas etárias;
 - resgate das atividades festivas que existiam na comunidade;
 - viabilizar a formação de biblioteca para uso da comunidade.
- Infra-estrutura implantada pela Companhia com vistas à revitalização da Vila Vermelho:
- a Companhia doou uma nova escola, com cinco salas de aula e biblioteca, além de outras instalações. Foi concluída na segunda quinzena de agosto e inaugurada em 23.09.05;
 - adequação das condições sanitárias: foram construídas cerca de 50 instalações sanitárias, além de um sistema de abastecimento de água;
 - abertura e recuperação de estradas para trânsito entre Vila Vermelho e Minaçu.

2. Agentes Ambientais

Organização Não-governamental criada com o apoio da Companhia, os Agentes Ambientais atuaram em 2005 em parceria com diferentes instituições da região, desenvolvendo, junto aos reassentados e comunidade em geral, atividades relacionadas à educação ambiental.

3. Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social

A dificuldade econômica da região onde está inserida a Usina Hidrelétrica Cana Brava é notória e observada desde antes da construção da usina.

Apesar do considerável incremento das receitas dos municípios diretamente atingidos em decorrência da implantação da usina, a situação econômica da região suscita a oportunidade de uma atuação conjunta da Companhia e de instâncias governamentais, para potencializar os impactos positivos do desenvolvimento gerados pelo empreendimento.

Diante disso, a Companhia aderiu à implementação de um programa de desenvolvimento sócio-econômico direcionado à população da região, que visa gerar novas oportunidades de trabalho e melhorar a situação da população, de forma sustentável em médio e longo prazo.

Em 2005, em conjunto com órgãos do Governo Federal, Inter-American Development Bank – IDB, Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL e Furnas Centrais Elétricas S.A., foram estabelecidas as diretrizes e estratégias para a implantação do Fundo de Desenvolvimento Regional. Os valores a serem aportados pelas empresas supracitadas somam US\$ 1 milhão, em partes iguais, com igual contrapartida do IDB.

4. Outras Obras Sociais

Em 2005, a Companhia construiu e doou o Centro de Apoio ao Menor Carente à municipalidade de Cavalcante, obra inaugurada em setembro, que funcionará como escola e refeitório e atenderá a população carente da sede do Município.

Em 20 de outubro de 2005, foi inaugurada a Creche Lar Menino Jesus, obra realizada com recursos da Companhia e da SAMA Mineração de Amianto Ltda., que atenderá a comunidade do Município de Minaçu.

MEIO AMBIENTE

Cumprindo os compromissos ambientais relacionados à implantação da Usina Hidrelétrica Cana Brava e mantendo suas Licenças Ambientais de Funcionamento em plena validade, a Companhia vem desenvolvendo inúmeras ações ambientais, dentre as quais destacamos a apresentação dos programas sócio-ambientais em andamento no reservatório para os agentes ambientais de Minaçu – GO e, a participação, em conjunto com o Ministério Público Estadual, Polícia Ambiental e Órgãos de Meio Ambiente do município de Minaçu de programa de fiscalização e controle ambiental nas áreas de preservação ambiental (APP) no reservatório da usina e da piracema no Rio Tocantins.

SERVIÇOS DE AUDITORIA

Os auditores independentes da Companhia, BDO Trevisan Auditores Independentes, não prestam outros serviços, além dos serviços de auditoria contábil.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Companhia agradece aos órgãos de meio ambiente, aos governos estadual e municipais de sua área de atuação, aos seus fornecedores e financiadores e, em especial, à acionista controladora Tractebel Energia S.A., pelo apoio e contribuição para o desempenho da Companhia no ano de 2005.

Florianópolis (SC), 14 de março de 2006.

A Administração

Continua...

... Continuação



Companhia Energética Meridional – CEM

CNPJ/MF nº 02.201.268/0001-17
Companhia Aberta



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

ATIVO	2005	2004	PASSIVO	2005	2004
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Numerário disponível	307	633	Fornecedores	3.393	4.631
Títulos e valores mobiliários	69.928	104.510	Dividendos propostos	65.000	-
(-) Provisão para perdas em aplicações financeiras	(5.531)	(5.531)	Financiamentos	14.596	45.130
Concessionárias e permissionárias	31.497	30.754	Encargos de financiamentos	454	4.065
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(754)	(809)	Debêntures	8.743	7.673
Tributos e contribuições sociais a recuperar	934	685	Encargos de debêntures	2.176	2.335
Ativo fiscal diferido	15	2.156	Tributos e contribuições sociais	6.595	6.180
Cauções e depósitos vinculados	463	402	Operações com derivativos	19.695	9.018
Despesas pagas antecipadamente	384	517	Concessões a pagar	1.530	1.472
Outros	123	82	Outras obrigações	2.535	1.015
	97.366	133.399		124.717	81.519
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Cauções e depósitos vinculados	21.013	49.093	Financiamentos	92.439	411.223
Tributos e contribuições sociais a recuperar	857	758	Debêntures	82.518	88.099
Depósitos judiciais	6.583	-	Obrigações estimadas	165	135
Ativo fiscal diferido	2.295	120	Provisões para contingências	299	218
	30.748	49.971	Concessões a pagar	178.130	160.417
PERMANENTE				353.551	660.092
Imobilizado	879.198	901.936	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Diferido	2.965	4.868	Capital social	424.222	224.222
	882.163	906.804	Reservas de lucros	107.787	124.341
TOTAL DO ATIVO	1.010.277	1.090.174		532.009	348.563
			TOTAL DO PASSIVO	1.010.277	1.090.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)		
	2005	2004
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS		
Suprimento de energia elétrica	268.502	246.107
Outras receitas	4	-
	268.506	246.107
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
Impostos e contribuições sobre a receita	(15.975)	(11.670)
	252.531	234.437
RECEITAS LÍQUIDAS DE VENDAS		
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA		
Material	(440)	(300)
Serviços de terceiros	(5.687)	(5.499)
Depreciação e amortização	(24.227)	(24.039)
Compensação financeira utilização de recursos hídricos	(8.574)	(6.885)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.275)	(3.071)
Constituição/reversão de provisões operacionais, líquidas	(75)	230
Outras despesas	(812)	(815)
	(41.090)	(40.379)
LUCRO BRUTO	211.441	194.058
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com vendas		
Encargos de uso da rede elétrica	(22.279)	(17.309)
Reversão/provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	55	(38)
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(1.215)	(852)
Serviços de terceiros	(2.471)	(2.069)
Amortização	(1.903)	(1.903)
Taxa de fiscalização	(717)	(666)
Constituição/reversão de provisões operacionais, líquidas	(50)	191
Encargos de rescisão contratual	(14.530)	-
Outras despesas	(1.286)	(1.420)
	(44.396)	(24.066)
Resultado do serviço	167.045	169.992
Receitas (despesas) financeiras		
Renda de aplicações financeiras	13.486	14.659
Encargos de financiamentos e debêntures	(37.831)	(62.919)
Encargos – Concessão ANEEL	(15.960)	(13.431)
Variações monetárias de financiamentos	24.157	29.059
Variações monetárias – Concessão ANEEL	(3.289)	(17.477)
Outras variações monetárias	(126)	(60)
Provisão para perdas em aplicações financeiras	-	(5.531)
Perdas com <i>swap</i> de taxa de câmbio	(25.716)	(8.603)
Outras	(3.067)	(1.560)
	(48.346)	(65.863)
RESULTADO OPERACIONAL	118.699	104.129
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		
	-	(17)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	118.699	104.112
Contribuição social	(10.707)	(9.448)
Imposto de renda	(29.546)	(25.879)
	78.446	68.785
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	78.446	68.785
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$	227.6917	305.4789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)		
	2005	2004
ORIGENS		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	78.446	68.785
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	26.130	25.942
Juros de longo prazo	19.323	16.187
Variação monetária de longo prazo	(18.111)	(9.224)
Constituição (reversão) de provisões de longo prazo, líquidas	90	(381)
Imposto de renda e CSLL diferidos	(38)	130
Baixas de ativo permanente	5	147
	105.845	101.586
Dos acionistas		
Reversão dos dividendos propostos	-	52.778
Aumento de capital	200.000	-
	200.000	52.778
De terceiros		
Resgate de cauções e depósitos vinculados	30.009	21.249
Outros	-	81
	30.009	21.330
TOTAL DAS ORIGENS	335.854	175.694
APLICAÇÕES		
Aumento no realizável a longo prazo	8.522	12.724
Aquisição do imobilizado	1.494	1.223
Dividendos intermediários/propostos	95.000	-
Pré-pagamento de financiamentos de longo prazo	275.247	-
Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante	34.822	57.374
	415.085	71.321
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(79.231)	104.373
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo Circulante		
No fim do período	97.366	133.399
No início do período	133.399	62.001
	(36.033)	71.398
Passivo Circulante		
No fim do período	124.717	81.519
No início do período	81.519	114.494
	43.198	(32.975)
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(79.231)	104.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2003	224.222	2.778	-	227.000
Lucro líquido do exercício	-	-	68.785	68.785
Reversão de dividendos de 2003 para reserva de retenção de lucros – AGO 30.04.2004	-	52.778	-	52.778
Destinação do lucro proposta à A.G.O.:				
- reserva legal	-	3.439	(3.439)	-
- reserva de retenção de lucros	-	65.346	(65.346)	-
SALDOS EM 31.12.2004	224.222	124.341	-	348.563
Aumento de capital	200.000	-	-	200.000
Reversão de reservas	-	(30.000)	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	78.446	78.446
Destinação do lucro proposta à A.G.O.:				
- reserva legal	-	3.922	(3.922)	-
- dividendos	-	-	-	-
Preferenciais e Ordinárias – R\$ 0,188664	-	-	(65.000)	(65.000)
- reserva de retenção de lucros	-	9.524	(9.524)	-
SALDOS EM 31.12.2005	424.222	107.787	-	532.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (INFORMAÇÃO ADICIONAL) (em milhares de reais)

	2005	2004
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	78.446	68.785
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	26.130	25.942
Variação monetária líquida	(19.918)	(11.488)
Constituição (reversão) de provisão	105	(385)
Imposto de renda e CSLL diferidos	(34)	3.595
Baixas do ativo permanente	5	147
	84.734	86.596
Redução (aumento) nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(798)	(2.751)
Tributos e contribuições sociais a recuperar	(348)	(815)
Cauções e depósitos vinculados	(9.507)	(16.019)
Outros	92	(299)
	(10.561)	(19.884)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(1.238)	504
Financiamentos, debêntures e encargos	3.811	7.663
Tributos e contribuições sociais	415	2.842
Concessão ANEEL	14.482	13.180
Outros	12.188	8.498
	29.658	32.687
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	103.831	99.399
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(1.494)	(1.223)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(1.494)	(1.223)
Atividades de financiamento		
Pagamentos de financiamentos e debêntures	(337.254)	(47.372)
Resgate de cauções e depósitos vinculados	30.009	20.463
Pagamento de dividendos	(30.000)	-
Aumento de capital	200.000	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(137.245)	(26.909)
Total dos efeitos no caixa	(34.908)	71.267
Caixa e equivalentes		
Saldo inicial	99.612	28.345
Saldo final	64.704	99.612
Variação	(34.908)	71.267
Pagamentos efetuados no exercício		
Juros de financiamentos e debêntures	34.020	55.397
Imposto de renda e contribuição social	35.024	27.780
Transações que não envolveram caixa		
Imposto de renda e contribuição social compensados	3.596	2.289
Dividendos propostos/revertidos	65.000	52.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (INFORMAÇÃO ADICIONAL) (em milhares de reais)

	2005	%	2004	%
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas, serviços e outras	268.506		246.107	
Reversão/provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	55		(38)	
Resultado não operacional	-		(17)	
	268.561		246.052	
(-) Insumos				
Materiais	(623)		(339)	
Serviços de terceiros	(8.158)		(7.568)	
Seguros	(1.031)		(1.350)	
Energia elétrica comprada para revenda	(1.275)		(3.071)	
Encargos de uso da rede elétrica	(22.279)		(17.309)	
Outros	(394)		326	
	(33.760)		(29.311)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	234.801		216.741	
Depreciação e amortização	(26.130)		(25.942)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	208.671		190.799	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	13.888		15.881	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	222.559		206.680	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração:				
Do trabalho				
Remuneração e encargos trabalhistas	929	0,42	602	0,29
Benefícios	169	0,07	125	0,06
	1.098	0,49	727	0,35
Do capital de terceiros				
Encargos e variações monetárias	73.711	33,11	64.828	31,37
Outras despesas financeiras	3.050	1,38	15.692	7,59
Aluguéis	412	0,19	474	0,23
	77.173	34,68	80.994	39,19
Do governo				
Impostos, taxas e contribuições	16.150	7,26	13.150	6,36
Encargos setoriais	9.439	4,24	7.697	3,72
Imposto de renda e contribuição social	40.253	18,08	35.327	17,10
	65.842	29,58	56.174	27,18
Do capital próprio				
Reserva legal	3.922	1,76	3.439	1,66
Dividendos propostos	65.000	29,21	-	-
Reserva de retenção de lucros	9.524	4,28	65.346	31,62
	78.446	35,25	68.785	33,28
	222.559	100,00	206.680	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004 (em milhares de reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Meridional - CEM, concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis - SC, constituída em 22 de outubro de 1997, tem como objetivo: I. distribuir, comercializar, gerar e operar usinas produtoras e linhas de transmissão de qualquer tipo de energia, observadas as formalidades legais; II. realizar estudos, projetos e construções de usinas produtoras e de linhas de transmissão; III. participar e/ou controlar empresas do setor energético ou a ele vinculado, podendo promover fusões, incorporações, cisões ou outras formas de associação de empresas; IV. intermediar e operacionalizar negócios no País e no exterior; V. prestar consultoria de negócios, inclusive para importação e exportação de bens e serviços.

A Companhia detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, entre os Municípios de Minaçu e Cavalcante, no Estado de Goiás, com potência instalada de 450 MW e energia assegurada de 273,5 MW médios.

A operação da UHE Cana Brava, deu-se em maio de 2002, sendo que a primeira das três unidades geradoras da usina foi disponibilizada para despacho do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS em 22.05.2002 e a terceira, em 25.09.2002.

A Companhia é controlada pela Tractebel Energia S.A., que detém 99,99% das ações representativas do seu capital social.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Todos os valores apresentados (textos e tabelas) nas demonstrações financeiras e nas Notas Explicativas estão expressos em Reais mil, exceto onde indicado de maneira diferente.

A Companhia está apresentando, adicionalmente às demonstrações financeiras, as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, respectivamente.

As demonstrações financeiras estão em consonância com os princípios e práticas contábeis adotadas no País. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Crítérios gerais de avaliação

a) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os títulos e valores mobiliários são registrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, cujos valores contábeis não excedem os preços médios de mercado.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está associada a créditos decorrentes de operações

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004 (em milhares de reais)

realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE. As demais contas a receber decorrem de venda de energia elétrica para a acionista controladora, sob a regência do Contrato-Base de Compra e Venda de Energia Elétrica (ver Nota 4).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo fiscal diferido) são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base nas diferenças temporárias. A segregação entre circulante e longo prazo obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem (ver Nota 7).

b) Permanente

A concessão onerosa para a exploração do potencial de energia da Usina Hidrelétrica Cana Brava é reconhecida a valor presente na data da entrada em operação comercial do empreendimento. A amortização é calculada linearmente à taxa compatível com o prazo de concessão.

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 002, de 24.12.1997, e nº 044, de 17.03.1999, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro – UC que compõem o empreendimento, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30.11.1994.

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os gastos registrados no ativo diferido são amortizados, linearmente, em cinco anos.

c) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os financiamentos, os recursos de debêntures, as obrigações vinculadas à outorga da concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava e os encargos decorrentes de ambos, apropriados até a data do balanço, são atualizados pelos índices contratuais (ver Notas 10, 11 e 12). As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos;

d) Resultado do período

As receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

NOTA 3 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2005	2004
Certificado de Depósito Bancário – CDB	23.815	74.546
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	29.072	29.964
Notas do Tesouro Nacional – NTN-D	5.059	-
Notas do Banco Central – NBC-E	11.982	-
	69.928	104.510
Provisão para Perdas em Aplicações Financeiras	(5.531)	(5.531)
	64.397	98.979

A provisão para perdas em aplicações financeiras refere-se a aplicações em CDB que a Companhia possui no Banco Santos, o qual teve a falência decretada em 20.09.2005.

NOTA 4 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	2005			2004		
	Vencidos de 90 dias	Vencidos Mais de 90 dias	Total	Vencidos de 90 dias	Vencidos Mais de 90 dias	Total
Concessionária	30.578	-	30.578	29.838	-	29.838
Transações no âmbito do CCEE/MAE	790	129	919	781	135	916
	31.368	129	31.497	30.619	135	30.754
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(625)	(129)	(754)	(680)	(129)	(809)
	30.743	-	30.743	29.939	6	29.945

O valor registrado na rubrica “Concessionária” refere-se à energia elétrica vendida para a controladora, Tractebel Energia S.A., nos termos do contrato firmado pelas partes (ver Nota 16).

As faturas de suprimento à Tractebel Energia são desdobradas em três parcelas iguais, com vencimentos no mês seguinte e no segundo mês subsequente ao do suprimento.

Parte das transações no MAE, que para a Companhia representa o valor de R\$ 754, encontra-se sub judice em decorrência de ações judiciais impetradas por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto no Despacho ANEEL nº 288, de 16.05.2002. Tendo em vista as incertezas quanto à realização desses créditos, a Companhia mantém provisão para suportar eventuais perdas dos valores em litígio.

NOTA 5 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2005	2004
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte	928	181
ICMS	6	5
PIS	-	34
COFINS	-	465
	934	685
Longo prazo		
ICMS	857	595
PIS	-	29
COFINS	-	134
	857	758
	1.791	1.443

NOTA 6 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2005	2004
Circulante		
Conta reserva – CCEE	463	402
	463	402
Longo Prazo		
Conta reserva – serviço da dívida	21.013	49.093
	21.013	49.093
	21.476	49.495

O valor referente à conta reserva – CCEE destina-se a garantir as operações de compra e venda de energia elétrica no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica, em consonância com as regras daquele mercado, e está aplicado em Certificados de Depósitos Bancários – CDB.

Em cumprimento às exigências contidas no Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a Companhia mantém recursos financeiros vinculados, destinados a garantir o serviço da dívida, os quais estão aplicados em Títulos Públicos Privados indexados à moeda nacional. Estes recursos devem ser mantidos como conta reserva, durante a vigência do contrato, e, mensalmente, ajustados para corresponderem ao equivalente a seis meses do serviço da dívida.

NOTA 7 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

Natureza dos créditos	2005			2004	
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Provisão para contingências	299	75	27	102	74
Provisão para grandes manutenções	210	52	19	71	46
Provisão para perdas em aplicações financeiras	5.531	1.383	498	1.881	1.881
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	754	188	68	256	275
	1.698	612	2.310	2.276	
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		11	4	15	2.156
Realizável a longo prazo		1.687	608	2.295	120
		1.698	612	2.310	2.276

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas.

Em 2005, o ativo fiscal diferido sobre a provisão para perdas em aplicações financeiras foi reclassificado para longo prazo devido à modificação da expectativa quanto a sua realização.

Estudo técnico de viabilidade, aprovado pelos órgãos de administração da Companhia, indica que os ativos fiscais diferidos serão totalmente recuperados por lucros tributáveis futuros. Referido estudo técnico está em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

O horizonte de realização desses ativos e a sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados pela Administração da Companhia, conforme abaixo indicado:

Natureza do ativo	2005				Próximos 3 anos	
	2006	2007	2008	2009	3 anos	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	256	256
Provisão para perdas em aplicações financeiras	-	-	-	1.881	-	1.881
Demais diferenças temporárias	15	74	22	62	-	173
	15	74	22	1.943	256	2.310

NOTA 8 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2005		2004	
	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda
Resultado antes dos tributos	118.699	118.699	104.112	104.112
Diferenças permanentes				
Adições				
Doações	-	-	665	665
Doações incentivadas	270	270	200	200
Gratificação e 13º de dirigentes	-	389	-	126
Outras despesas indedutíveis	-	2	-	31
(=) Base de cálculo dos tributos no resultado	118.969	119.360	104.977	105.134
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
(=) Contribuição social e imposto de renda	(10.707)	(29.840)	(9.448)	(26.283)
Incentivos fiscais	-	270	-	380
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	-	24	-	24
(=) Contribuição social e imposto de renda no resultado	(10.707)	(29.546)	(9.448)	(25.879)
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(10.716)	(29.571)	(8.494)	(23.238)
Diferido	9	25	(954)	(2.641)
	(10.707)	(29.546)	(9.448)	(25.879)

NOTA 9 – PERMANENTE
a) Imobilizado

Composição:

	2005		2004	
	(%) Taxa de depreciação	Custo corrigido	(%) Taxa de depreciação	Custo corrigido
Imobilizações em Serviço				
Intangível				
Direito de exploração	-	88.664	-	88.664
(-) Amortização acumulada	3,21	(9.796)	3,21	(6.950)
		78.868		81.714
Geração hidráulica				
UHE Cana Brava	-	871.345	-	869.322
(-) Depreciação acumulada	2,49	(72.083)	2,49	(50.702)
		799.262		818.620
Imobilizações em Curso				
Geração hidráulica				
UHE Cana Brava (obra de adição)	-	1.068	-	1.602
		1.068		1.602
		879.198		901.936

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004 (em milhares de reais)
b) Mutação no ativo imobilizado

	<u>Em serviço</u>	<u>Em curso</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2003	922.848	2.132	924.980
Aquisições	-	1.223	1.223
Transferências	1.646	(1.646)	-
Depreciação	(24.120)	-	(24.120)
Baixas	(40)	(107)	(147)
Saldo em 31.12.2004	900.334	1.602	901.936
Aquisições	-	1.494	1.494
Transferências	2.028	(2.028)	-
Depreciação	(24.227)	-	(24.227)
Baixas	(5)	-	(5)
Saldo em 31.12.2005	878.130	1.068	879.198

A rubrica "Direito de exploração" se refere ao custo da outorga da concessão para a exploração do potencial de energia hidráulica, denominado Aproveitamento Hidrelétrico Cana Brava. O valor será pago à União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, conforme contrato de concessão nº 185/98 assinado com aquela Agência, e está ajustado a valor presente pela taxa de desconto de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência nº 04/97-DNAEE (ver Nota 12). Até a completa entrada em operação comercial da usina, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo intangível e, a partir daí, apropriada diretamente no resultado.

O prazo de concessão é de 35 anos contados a partir de 27 de agosto de 1998 e o custo está sendo amortizado, a partir de junho de 2002, à taxa de 3,21% a.a..

A depreciação da usina está sendo calculada de acordo com as práticas mencionadas na Nota 2-b.

Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

c) Diferido

Os gastos necessários à implantação e organização da Companhia, inclusive aqueles de cunho administrativo, foram classificados neste subgrupo e estão sendo amortizados em cinco anos.

NOTA 10 – FINANCIAMENTOS
a) Composição:

	<u>2005</u>			<u>2004</u>		
	<u>Principal e encargos</u>			<u>Principal e encargos</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Total</u>
Moeda Nacional						
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	15.050	92.439	107.489	14.589	103.327	117.916
	15.050	92.439	107.489	14.589	103.327	117.916
Moeda Estrangeira						
Inter-American Development Bank - IDB (A Loan)	-	-	-	12.823	148.404	161.227
Inter-American Development Bank – IDB (B Loan)	-	-	-	21.783	159.492	181.275
	-	-	-	34.606	307.896	342.502
	15.050	92.439	107.489	49.195	411.223	460.418

b) Mutação dos financiamentos:

	<u>Circulante</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2003	43.570	482.188	525.758
Transferências	48.089	(48.089)	-
Encargos gerados	45.858	3.919	49.777
Variações monetárias geradas	(2.264)	(26.795)	(29.059)
Amortizações	(86.058)	-	(86.058)
Saldo em 31.12.2004	49.195	411.223	460.418
Transferências	299.907	(299.907)	-
Encargos gerados	21.703	3.473	25.176
Variações monetárias geradas	(1.807)	(22.350)	(24.157)
Amortizações	(353.948)	-	(353.948)
Saldo em 31.12.2005	15.050	92.439	107.489

Em 16.05.2005, a Companhia liquidou os financiamentos por ela contraídos, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O pré-pagamento, no valor total de R\$ 328.582, ocorreu com recursos próprios da Companhia e também, com recursos provenientes do aumento de capital efetuado pela Controladora, no valor de R\$ 200.000. (ver Nota 14). A antecipação da liquidação deste financiamento gerou uma multa de rescisão contratual no valor de R\$ 14.530.

c) Condições:
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, assinado em 5 de abril de 2000, com as seguintes características:

Juros: TJLP mais 4% a.a., sendo que o montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor do principal.

Vencimento dos juros: trimestral

Amortização: 117 parcelas mensais com início em 15.08.2003

A Companhia cedeu os recebíveis decorrentes da geração e comercialização provenientes da UHE Cana Brava, em garantia de pagamento de seus empréstimos e financiamentos.

A controladora da Companhia, Tractebel Energia S.A., deu ao BNDES, em caução, a totalidade das ações de sua propriedade, representativas do capital social da CEM, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato.

d) Composição por tipo de moeda:

	<u>2005</u>		<u>2004</u>	
	<u>Em Reais</u>	<u>%</u>	<u>Em USD</u>	<u>Em Reais</u>
Moeda estrangeira	-	-	129.032	342.502
Moeda nacional	107.489	100,00	-	117.916
	107.489	100,00		460.418

e) Variação do dólar e da URTJLP:

	<u>%</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Dólar Americano – USD	(11,82)	(8,13)
URTJLP	3,59	3,66

f) Vencimentos dos financiamentos e encargos a longo prazo:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
2006	-	56.226
2007	14.596	55.584
2008	14.596	54.656
2009	14.596	49.625
2010	14.596	49.054
2011	14.596	45.986
De 2012 a 2013	19.459	100.092
	92.439	411.223

NOTA 11 – DEBÊNTURES

Para financiamento da construção da Usina Hidrelétrica Cana Brava, em 19 de maio de 1999 foi assinado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures nº 98.2.654.3.1, tendo sido subscritas e integralizadas, no período de maio a dezembro de 1999, o montante de 7.773 debêntures.

a) Composição:

	<u>2005</u>			<u>2004</u>		
	<u>Principal e encargos</u>			<u>Principal e encargos</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Total</u>
Moeda Nacional						
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	10.919	82.518	93.437	10.008	88.099	98.107
	10.919	82.518	93.437	10.008	88.099	98.107

b) Mutação das debêntures:

	<u>Circulante</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2003	9.146	92.390	101.536
Transferências	7.562	(7.562)	-
Encargos gerados	10.011	3.271	13.282
Amortização	(16.711)	-	(16.711)
Saldo em 31.12.2004	10.008	88.099	98.107
Transferências	8.616	(8.616)	-
Encargos gerados	9.620	3.035	12.655
Amortizações	(17.325)	-	(17.325)
Saldo em 31.12.2005	10.919	82.518	93.437

c) Condições:

As debêntures são remuneradas com base na TJLP mais 4% a.a., com pagamento dos juros semestralmente, no período de 01.10.1999 até 01.04.2013.

O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

A amortização do valor nominal das debêntures teve início em 01.10.2003 com vencimento final em 01.04.2013, e ocorre semestralmente com base em programação de amortização crescente que varia de 3,0625%, na primeira amortização, a 7,5737% na última parcela.

d) Vencimentos das debêntures e encargos a longo prazo:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
2006	-	8.440
2007	9.617	9.284
2008	10.579	10.212
2009	11.637	11.234
2010	12.800	12.357
2011	14.080	13.593
De 2012 a 2013	23.805	22.979
	82.518	88.099

NOTA 12 – CONCESSÕES A PAGAR

A Companhia pagará à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do Aproveitamento Hidrelétrico Cana Brava, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M:

<u>Ano</u>	<u>Início de pagamento</u>	<u>Histórico</u>		<u>Atualizado</u>	
	<u>Valor anual</u>	<u>Valor total</u>	<u>Valor anual</u>	<u>Valor total</u>	
1º	-	1	1	2	2
2º ao 6º	-	-	-	-	-
7º ao 25º	30.08.2004	680	12.920	1.536	29.184
26º ao 35º	30.08.2023	61.280	612.800	138.421	1.384.210
			625.721		1.413.396

O fluxo de pagamento acima está previsto na Cláusula Sexta do Contrato de Concessão. Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga da concessão e a respectiva obrigação perante a União, o valor da concessão foi registrado no ativo intangível e no passivo exigível a longo prazo.

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004 (em milhares de reais)

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência nº 04/97 para a licitação da referida concessão. Até a entrada em operação comercial da usina Cana Brava, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo intangível e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

O saldo desta obrigação, atualizado até 31.12.2005, é de R\$ 179.660, sendo R\$ 1.530 no passivo circulante e R\$ 178.130 no exigível a longo prazo (até 31.12.2004, R\$ 161.889, sendo R\$ 1.472 no passivo circulante e R\$ 160.417 no exigível a longo prazo), no exercício de 2005 foi pago o valor de R\$ 1.477 (R\$ 366 em 2004). O total devido a longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

	2005	2004
2006	-	1.506
2007	1.530	1.506
2008	1.530	1.506
2009	1.530	1.506
2010	1.530	1.506
2011	1.530	1.506
De 2012 até 2033	170.480	151.381
	178.130	160.417

NOTA 13 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras provisões para processos judiciais cíveis que tramitam nas Comarcas de Minaçu e Cavalcante, que na avaliação dos Consultores Jurídicos se revestem de riscos prováveis.

Todos esses processos estão provisionados pelo valor de R\$ 299 em 31.12.2005 (R\$ 218 em 31.12.2004), julgados suficientes para cobertura dessas contingências.

A Companhia é parte em processos judiciais que na avaliação dos Consultores Jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	2005			2004		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Cíveis	16.067	7.731	23.798	13.020	6.777	19.797
Fiscais	7.660	-	7.660	-	-	-
	23.727	7.731	31.458	13.020	6.777	19.797

Os processos cíveis e respectivos valores enquadrados como “Risco possível” estão abaixo descritos:

- R\$ 10.294 – 131 ações cominatórias, onde os autores alegam terem sido atingidos pelo reservatório da UHE Cana Brava e pedem reassentamento individual ou carta de crédito;
- R\$ 1.252 – Ação popular relativa ao enchimento do reservatório da UHE Cana Brava;
- R\$ 4.521 – 30 ações indenizatórias, onde os autores alegam danos sofridos às suas atividades ou às suas propriedades em decorrência da implantação da UHE Cana Brava.
- R\$ 7.660 – PIS/COFINS sobre receitas decorrentes de contratos assinados anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a 1 ano e a preço predeterminado.

Em 05.07.2005, a Companhia impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal em Florianópolis, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo, ao dar novo conceito ao termo “preço predeterminado”, previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/03. A Companhia entende que a aceção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-lei nº 1.598/1977, o que implica ser a indigitada Instrução Normativa ilegal.

Em consequência, a Companhia está recolhendo o PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes do contrato firmado com a Controladora, anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, depositando os valores que entende indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação, perfazendo o montante de R\$ 6.583 até 31.12.2005.

Todos os processos judiciais encontram-se no primeiro grau de jurisdição, sendo que na maioria não houve, ainda, a realização da audiência de instrução.

Contingência ativa

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS, instituído pela Lei nº 9.718/98.

A Companhia tem processo semelhante aguardando decisão judicial, com provável chance de êxito.

As receitas atingidas pelo alargamento da base de cálculo são, basicamente, as receitas financeiras e o valor que a Companhia espera recuperar, atualizados até 31.12.2005, é de R\$ 1.074.

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais), independentemente de reforma estatutária, podendo ser emitidas ações ordinárias ou preferenciais.

b) Capital social subscrito e integralizado

O Conselho de Administração da CEM, em reunião realizada em 16.05.2005, aprovou o aumento do capital social em R\$ 200.000, com a emissão para subscrição particular de 39.785.770 ações ordinárias e 79.571.539 ações preferenciais, integralmente subscritas pela controladora Tractebel Energia S.A. Esta emissão de ações foi efetuada com o valor patrimonial da ação de R\$ 1,675641 considerando o patrimônio líquido da Companhia em 30.04.2005. Dessa forma, o capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 424.222 (R\$ 224.222 em 31.12.2004) e está representado por 344.528.001 ações sendo 118.849.336 ações ordinárias e 225.678.665 ações preferenciais. O valor patrimonial da ação, em 31.12.2005, é de R\$ 1,54 (R\$ 1,55 em 31.12.2004).

As ações preferenciais fazem jus a um dividendo mínimo, não cumulativo, de R\$ 0,01 (um centavo de real) por ação, e terão prioridade no reembolso do capital, sem prêmio.

O quadro societário da Companhia, em 31.12.2005, está assim constituído:

Acionistas	Quantidade		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Tractebel Energia S.A.	118.849.332	225.678.665	344.527.997
Suez Energy South America Participações Ltda.	1	-	1
Conselho de Administração	3	-	3
	118.849.336	225.678.665	344.528.001

c) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros, em 31 de dezembro é a seguinte:

	2005	2004
Reserva legal	10.139	6.217
Reserva de retenção de lucros	97.648	118.124
	107.787	124.341

d) Dividendos Propostos
Cálculo dos dividendos

	2005
Lucro líquido do exercício	78.446
Destinação proposta à A.G.O.:	
Reserva Legal – 5%	3.922
Reserva de Retenção de Lucros	9.524
Dividendos propostos	65.000
	78.446

Dividendos por ações preferenciais e ordinárias (em R\$ 1,00): 0,188664

NOTA 15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS
a) Gestão de risco

A utilização de instrumentos financeiros e derivativos, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Estes riscos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado.

A Companhia possui em seus ativos títulos públicos federais indexados ao dólar norte americano. Tais ativos eram usados para *hedge* do passivo cambial até a liquidação do mesmo. Devido à apreciação da moeda brasileira e a conseqüente desvalorização desses títulos, a Companhia optou por não vendê-los no mercado nas atuais circunstâncias.

Em novembro de 2004, a Companhia implementou uma política de maior proteção do seu passivo em moeda externa, utilizando-se de *swaps* no mercado de balcão, com vencimento concomitante com as datas de vencimento do fluxo de compromissos desse passivo, considerando-se um período de vinte e quatro meses. As operações são registradas na CETIP e têm como contraparte instituições financeiras de comprovada solidez financeira e patrimonial, dentro dos limites de crédito definidos pela Companhia. As operações com derivativos, registradas nos livros da Companhia, geraram perda de R\$ 25.716 no ano de 2005 e passivo de R\$ 19.695 em 31 de dezembro de 2005.

b) Valor de mercado

As operações envolvendo instrumentos financeiros não apresentam diferenças relevantes entre os valores médios de mercado e os valores apresentados nas demonstrações financeiras. Na determinação dos valores médios de mercado a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas adotadas no mercado para operações similares.

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com sua controladora, conforme a seguir especificados:

a) Contrato firmado em 09.04.1999, aditado em 15.04.1999 e 09.11.2002, com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Companhia não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

b) Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, firmado em 05.01.2001, aditado em 06.03.2001 e 09.08.2002, com vigência até 2015, para venda da energia produzida na UHE Cana Brava. O contrato estabelece a aquisição, pela controladora, nos montantes anuais de 1.125.616 MWh, 2.189.036 MWh e 2.395.903 MWh, a partir dos meses de outubro de 2002, novembro de 2002 e dezembro 2002, respectivamente. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

c) Contrato de Operação e Manutenção da UHE Cana Brava, celebrado em 05.01.2001, aditado em 09.03.2001 e 01.06.2002, com vigência até o término da concessão da usina e valores reajustáveis anualmente pelo IGP-M, através do qual a controladora se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento e a Companhia se obriga a pagar os valores contratuais.

Os saldos dos valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	2005	2004
Ativo		
Concessionárias e permissionárias	30.578	29.838
Alienação de bens e direitos	-	1
Passivo		
Fornecedores	130	359
Dividendos propostos	65.000	-
Outros	1	-
Resultado		
Receita operacional		
Suprimento de energia elétrica	267.903	245.226
Custos e despesas operacionais		
Serviços de terceiros	2.248	2.127

NOTA 17 – CONTRATOS DE LONGO PRAZO

Além dos contratos firmados com a Controladora, citados na Nota 16, a Companhia possui compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão

Em conformidade com a Lei nº 9.648/98 e Decreto nº 2.655/98, estabelecendo que o acesso e uso dos sistemas de transmissão de energia elétrica sejam contratados separadamente da compra e venda de energia propriamente dita, a Companhia, em 23 de janeiro de 2002, assinou o Contrato de Conexão com a Furnas Centrais Elétricas S.A., com vigência de 30 anos a partir daquela data.



Companhia Energética Meridional – CEM

CNPJ/MF nº 02.201.268/0001-17
Companhia Aberta

Tractebel Energia
SVEZ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004 (em milhares de reais)

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão

A Companhia firmou contrato de uso do sistema de transmissão, de acordo com a Lei nº 9.648/98 e Decreto nº 2.655/98, com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e Concessionárias de Transmissão, garantindo o uso da Rede Básica para entrega da energia contratada. O contrato foi assinado em 1º de abril de 2002, com vigência da data de sua assinatura até a extinção da concessão.

NOTA 18 – SEGUROS

A UHE Cana Brava está incluída na apólice de sua Controladora, Tractebel Energia S.A., com valor declarado para danos materiais de US\$ 320.000 mil, equivalentes a R\$ 749.024 em 31.12.2005, e lucros cessantes de US\$ 8.105 mil, equivalentes a R\$ 18.971 em 31.12.2005, através do endosso nº 1095000026.

NOTA 19 – SERVIÇOS DE AUDITORIA

Os auditores independentes da Companhia não prestam outros serviços além dos serviços de auditoria contábil.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Maurício Stolle Bähr Presidente	
Manoel Arlindo Zaroni Torres Conselheiro		Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres Diretor Presidente	Marc Verstraete Diretor Administrativo e Financeiro
	José Carlos Cauduro Minuzzo Diretor de Operação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Contador - CRC RJ 072259/O-5

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas

Companhia Energética Meridional - CEM

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Energética Meridional - CEM, levantados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Meridional - CEM em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais não sendo parte integrante das demonstrações contábeis básicas. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Florianópolis, 20 de janeiro de 2006.



BDO Trevisan
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" S

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Sócio-contador
CRC RS – 42.460/S - SC

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2005

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da Companhia Energética Meridional – CEM tem a satisfação de apresentar o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2005, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, aos quais a Diretoria Executiva sentir-se-á honrada em prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

AMBIENTE ECONÔMICO

A balança comercial brasileira obteve um recorde de US\$ 44,8 bilhões, resultando aumento de 32,8% superior ao de 2004. O risco Brasil atingiu 307 pontos-base ao final do ano, menor nível desde 1997. A inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 5,7% a.a. ultrapassando em 0,6 pontos percentuais à meta estabelecida pelo Banco Central, que era de 5,1% a.a.; permanecendo, contudo, dentro da margem de tolerância de 2,5 pontos percentuais. O resultado também representou um recuo em relação à inflação acumulada em 2004, de 7,6% a.a. (Folha Online, 12 jan. 2006). A taxa de juros básica da economia (Selic) atingiu 18,0% a.a. em 31 de dezembro.

O Real acumulou, em 2005, uma variação positiva de 11,8% em relação ao Dólar, passando de R\$ 2,6544/US\$ em 31 de dezembro de 2004 para R\$ 2,3407/US\$ em 31 de dezembro de 2005.

A atividade econômica se manteve em ritmo de recuperação, com crescimento reavaliado pelo Governo de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB).

DESEMPENHO OPERACIONAL

A geração bruta de energia elétrica da UHE Cana Brava, no ano de 2005, foi de 2.318.715 MWh, com uma disponibilidade das unidades geradoras para o sistema de 91,2%, devido principalmente aos serviços executados em garantia de responsabilidade do "Consórcio Construtor". O "fator de capacidade" da usina foi de 58,8%, demonstrando desta forma, o bom desempenho dos serviços de operação e manutenção da usina. A UHE Cana Brava encontra-se desde 11.07.2003 em operação remota em regime ininterrupto de 24 horas por dia, através da UHE Salto Santiago.

Foi implantado desde o início da operação da usina um programa de "Segurança e Medicina do Trabalho", com a participação dos profissionais das áreas de operação e manutenção e da saúde e segurança do trabalho, onde se enfatiza a campanha "Acidente Zero e Qualidade de Vida", obtendo-se índices de gravidade e frequência de acidentes "zero".

RESULTADO DO EXERCÍCIO

A receita líquida do exercício cresceu 7,7% em relação à registrada em 2004, passando de R\$ 234.437 mil para R\$ 252.531 mil, em função do reajuste de preço da energia elétrica vendida para a sua controladora, Tractebel Energia S.A., conforme contrato firmado entre as partes.

Os custos de energia elétrica vendida e as despesas operacionais aumentaram de R\$ 64.445 mil em 2004 para R\$ 85.486 mil em 2005 em decorrência, basicamente, do reconhecimento dos encargos de rescisão contratual, no valor de R\$ 14.530 mil, devido aos pré-pagamentos dos financiamentos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e do aumento de 28,7%, equivalente a R\$ 4.970 mil, das despesas com encargos de uso da rede elétrica.

As despesas financeiras, líquidas das receitas, passaram de R\$ 65.863 mil em 2004 para R\$ 48.346 mil em 2005. A variação do saldo deve-se, principalmente, à redução dos encargos da dívida pelo pré-pagamento do financiamento com o BID, em maio de 2005, e da variação monetária da concessão a pagar devido à redução da variação do Índice Geral de Preço ao Mercado – IGPM (indexador do contrato) em 2005, se comparada com a do ano anterior.

Refletindo os aspectos acima comentados, o lucro líquido do exercício de 2005 alcançou R\$ 78.446 mil, 14,0% superior ao apresentado no ano anterior que foi de R\$ 68.785 mil.

Principais indicadores (expressos em R\$ mil, exceto quanto aos percentuais):

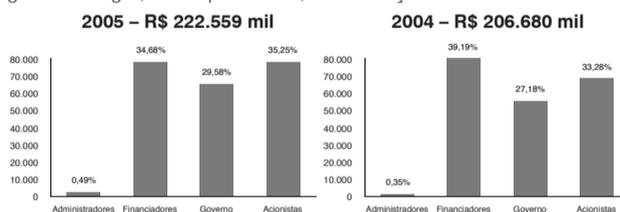
Indicadores de resultado	2005	2004	%
Receitas líquidas de vendas	252.531	234.437	7,72%
Lucro bruto	211.441	194.058	8,96%
Margem bruta	83,73%	82,78%	0,95 p.p.
LAJIDA (EBITDA) (1)	193.176	195.934	-1,41%
Margem LAJIDA (EBITDA) (2)	76,50%	83,58%	-7,08 p.p.
Resultado do serviço	167.045	169.992	-1,73%
Resultado operacional	118.699	104.129	13,99%
Lucro líquido do exercício	78.446	68.785	14,05%
Margem líquida	31,06%	29,34%	1,72 p.p.
Indicadores financeiros			
Ativos totais	1.010.277	1.090.174	-7,33%
Dívidas em moeda estrangeira	-	342.502	-
Dívidas em moeda nacional	200.926	216.023	-6,99%
Patrimônio líquido	532.009	348.563	52,63%

(1) LAJIDA (EBITDA): Lucro Operacional + despesas financeiras líquidas + depreciação e amortização.

(2) Margem LAJIDA (EBITDA): LAJIDA (EBITDA)/Receitas operacionais líquidas.

Valor adicionado e sua distribuição

O valor adicionado bruto gerado no exercício de 2005 foi de R\$ 234.801 mil, representando um acréscimo de 8,3% em relação a 2004, cujo valor foi de R\$ 216.741 mil. O valor adicionado está distribuído conforme indicado nos gráficos a seguir, e foi superior em 7,7% em relação ao exercício anterior.



A Demonstração do Valor Adicionado está apresentada às Demonstrações Financeiras, como informação adicional.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

Programas Sociais

1. Vila Vermelha

Em 2005, a Companhia implantou o Projeto de Revitalização Econômica e Social de Vila Vermelha, comunidade localizada no Município de Cavalcante, indiretamente atingida pela implantação da Usina Hidrelétrica Cana Brava. Numa primeira avaliação, realizada logo após o enchimento do reservatório, foi recomendada a relocação da Vila Vermelha por força da formação do reservatório. Acatando a decisão dos moradores, e respaldada por estudos que apontaram para a implementação de programas e obras de infra-estrutura em vez da relocação, a Companhia desenvolveu programas que visaram capacitar as famílias da comunidade a outras formas de sobrevivência que não a mineração, já que foram exauridas as minas da região, com a conseqüente desmobilização das mineradoras que lá atuavam.

O projeto de revitalização objetivou:

- estimular o associativismo;
- propiciar a capacitação para plantio e comercialização de produtos agrícolas;
- viabilizar cursos de capacitação profissional e de promoção social;
- propiciar, em parceria com a Secretaria de Educação do Município de Cavalcante, a implementação de cursos de alfabetização de jovens e adultos;
- estimular a conservação dos recursos naturais;
- estimular o desenvolvimento de atividades culturais;
- resgatar a história da comunidade e de seus cidadãos, envolvendo diversas faixas etárias;
- resgate das atividades festivas que existiam na comunidade;
- viabilizar a formação de biblioteca para uso da comunidade.

Infra-estrutura implantada pela Companhia com vistas à revitalização da Vila Vermelha:

- a Companhia doou uma nova escola, com cinco salas de aula e biblioteca, além de outras instalações. Foi concluída na segunda quinzena de agosto e inaugurada em 23.09.05;
- adequação das condições sanitárias: foram construídas cerca de 50 instalações sanitárias, além de um sistema de abastecimento de água;
- abertura e recuperação de estradas para trânsito entre Vila Vermelha e Minaçu.

2. Agentes Ambientais

Organização Não-governamental criada com o apoio da Companhia, os Agentes Ambientais atuaram em 2005 em parceria com diferentes instituições da região, desenvolvendo, junto aos reassentados e comunidade em geral, atividades relacionadas à educação ambiental.

3. Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social

A dificuldade econômica da região onde está inserida a Usina Hidrelétrica Cana Brava é notória e observada desde antes da construção da usina.

Apesar do considerável incremento das receitas dos municípios diretamente atingidos em decorrência da implantação da usina, a situação econômica da região suscita a oportunidade de uma atuação conjunta da Companhia e de instâncias governamentais, para potencializar os impactos positivos do desenvolvimento gerados pelo empreendimento.

Diante disso, a Companhia aderiu à implementação de um programa de desenvolvimento sócio-econômico direcionado à população da região, que visa gerar novas oportunidades de trabalho e melhorar a situação da população, de forma sustentável em médio e longo prazo.

Em 2005, em conjunto com órgãos do Governo Federal, Inter-American Development Bank – IDB, Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL e Furnas Centrais Elétricas S.A., foram estabelecidas as diretrizes e estratégias para a implantação do Fundo de Desenvolvimento Regional. Os valores a serem aportados pelas empresas supracitadas somam US\$ 1 milhão, em partes iguais, com igual contrapartida do IDB.

4. Outras Obras Sociais

Em 2005, a Companhia construiu e doou o Centro de Apoio ao Menor Carente à municipalidade de Cavalcante, obra inaugurada em setembro, que funcionará como escola e refeitório e atenderá a população carente da sede do Município.

Em 20 de outubro de 2005, foi inaugurada a Creche Lar Menino Jesus, obra realizada com recursos da Companhia e da SAMA Mineração de Amianto Ltda., que atenderá a comunidade do Município de Minaçu.

MEIO AMBIENTE

Cumprindo os compromissos ambientais relacionados à implantação da Usina Hidrelétrica Cana Brava e mantendo suas Licenças Ambientais de Funcionamento em plena validade, a Companhia vem desenvolvendo inúmeras ações ambientais, dentre as quais destacamos a apresentação dos programas sócio-ambientais em andamento no reservatório para os agentes ambientais de Minaçu – GO e, a participação, em conjunto com o Ministério Público Estadual, Polícia Ambiental e Órgãos de Meio Ambiente do município de Minaçu, de programa de fiscalização e controle ambiental nas áreas de preservação ambiental (APP) no reservatório da usina e da piracema no Rio Tocantins.

SERVIÇOS DE AUDITORIA

Os auditores independentes da Companhia, BDO Trevisan Auditores Independentes, não prestam outros serviços, além dos serviços de auditoria contábil.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Companhia agradece aos órgãos de meio ambiente, aos governos estadual e municipais de sua área de atuação, aos seus fornecedores e financiadores e, em especial, à acionista controladora Tractebel Energia S.A., pelo apoio e contribuição para o desempenho da Companhia no ano de 2005.

Florianópolis (SC), 14 de março de 2006.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	2005	2004		2005	2004
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Numerário disponível	307	633	Fornecedores	3.393	4.631
Títulos e valores mobiliários	69.928	104.510	Dividendos propostos	65.000	-
(-) Provisão para perdas em aplicações financeiras	(5.531)	(5.531)	Financiamentos	14.596	45.130
Concessionárias e permissionárias	31.497	30.754	Encargos de financiamentos	454	4.065
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(754)	(809)	Debêntures	8.743	7.673
Tributos e contribuições sociais a recuperar	934	685	Encargos de debêntures	2.176	2.335
Ativo fiscal diferido	15	2.156	Tributos e contribuições sociais	6.595	6.180
Cauções e depósitos vinculados	463	402	Operações com derivativos	19.695	9.018
Despesas pagas antecipadamente	384	517	Concessões a pagar	1.530	1.472
Outros	123	82	Outras obrigações	2.535	1.015
	97.366	133.399		124.717	81.519
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Cauções e depósitos vinculados	21.013	49.093	Financiamentos	92.439	411.223
Tributos e contribuições sociais a recuperar	857	758	Debêntures	82.518	88.099
Depósitos judiciais	6.583	-	Obrigações estimadas	165	135
Ativo fiscal diferido	2.295	120	Provisões para contingências	299	218
	30.748	49.971	Concessões a pagar	178.130	160.417
				353.551	660.092
PERMANENTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imobilizado	879.198	901.936	Capital social	424.222	224.222
Diferido	2.965	4.868	Reservas de lucros	107.787	124.341
	882.163	906.804		532.009	348.563
TOTAL DO ATIVO	1.010.277	1.090.174	TOTAL DO PASSIVO	1.010.277	1.090.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31.12.2003	224.222	2.778	-	227.000
Lucro líquido do exercício	-	-	68.785	68.785
Reversão de dividendos de 2003 para reserva de retenção de lucros – AGO 30.04.2004	-	52.778	-	52.778
Destinação do lucro proposta à A.G.O.:				
- reserva legal	-	3.439	(3.439)	-
- reserva de retenção de lucros	-	65.346	(65.346)	-
SALDOS EM 31.12.2004	224.222	124.341	-	348.563
Aumento de capital	200.000	-	-	200.000
Reversão de reservas	-	(30.000)	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	78.446	78.446
Destinação do lucro proposta à A.G.O.:				
- reserva legal	-	3.922	(3.922)	-
- dividendos	-	-	-	-
- Preferenciais e Ordinárias – R\$ 0,188664	-	-	(65.000)	(65.000)
- reserva de retenção de lucros	-	9.524	(9.524)	-
SALDOS EM 31.12.2005	424.222	107.787	-	532.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	2005	2004
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS		
Suprimento de energia elétrica	268.502	246.107
Outras receitas	4	-
	268.506	246.107
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
Impostos e contribuições sobre a receita	(15.975)	(11.670)
	252.531	234.437
RECEITAS LÍQUIDAS DE VENDAS		
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA		
Material	(440)	(300)
Serviços de terceiros	(5.687)	(5.499)
Depreciação e amortização	(24.227)	(24.039)
Compensação financeira utilização de recursos hídricos	(8.574)	(6.885)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.275)	(3.071)
Constituição/reversão de provisões operacionais, líquidas	(75)	230
Outras despesas	(812)	(815)
	(41.090)	(40.379)
	211.441	194.058
LUCRO BRUTO		
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com vendas		
Encargos de uso da rede elétrica	(22.279)	(17.309)
Reversão/provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	55	(38)
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(1.215)	(852)
Serviços de terceiros	(2.471)	(2.069)
Amortização	(1.903)	(1.903)
Taxa de fiscalização	(717)	(666)
Constituição/reversão de provisões operacionais, líquidas	(50)	191
Encargos de rescisão contratual	(14.530)	-
Outras despesas	(1.286)	(1.420)
	(44.396)	(24.066)
	167.045	169.992
Resultado do serviço		
Receitas (despesas) financeiras		
Renda de aplicações financeiras	13.486	14.659
Encargos de financiamentos e debêntures	(37.831)	(62.919)
Encargos – Concessão ANEEL	(15.960)	(13.431)
Variações monetárias de financiamentos	24.157	29.059
Variações monetárias – Concessão ANEEL	(3.289)	(17.477)
Outras variações monetárias	(126)	(60)
Provisão para perdas em aplicações financeiras	-	(5.531)
Perdas com swap de taxa de câmbio	(25.716)	(8.603)
Outras	(3.067)	(1.560)
	(48.346)	(65.863)
	118.699	104.129
RESULTADO OPERACIONAL		
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		
Contribuição social	(10.707)	(9.448)
Imposto de renda	(29.546)	(25.879)
	78.446	68.785
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$	227.6917	305.4789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	2005	2004
ORIGENS		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	78.446	68.785
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	26.130	25.942
Juros de longo prazo	19.323	16.187
Varição monetária de longo prazo	(18.111)	(9.224)
Constituição (reversão) de provisões de longo prazo, líquidas	90	(381)
Imposto de renda e CSLL diferidos	(38)	130
Baixas de ativo permanente	5	147
	105.845	101.586
Dos acionistas		
Reversão dos dividendos propostos	-	52.778
Aumento de capital	200.000	-
	200.000	52.778
De terceiros		
Resgate de cauções e depósitos vinculados	30.009	21.249
Outros	-	81
	30.009	21.330
TOTAL DAS ORIGENS	335.854	175.694
APLICAÇÕES		
Aumento no realizável a longo prazo	8.522	12.724
Aquisição do imobilizado	1.494	1.223
Dividendos intermediários/propostos	95.000	-
Pré-pagamento de financiamentos de longo prazo	275.247	-
Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante	34.822	57.374
	415.085	71.321
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(79.231)	104.373
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo Circulante		
No fim do período	97.366	133.399
No início do período	133.399	62.001
	(36.033)	71.398
Passivo Circulante		
No fim do período	124.717	81.519
No início do período	81.519	114.494
	43.198	(32.975)
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(79.231)	104.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

(em milhares de reais)

	2005	2004
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	78.446	68.785
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	26.130	25.942
Varição monetária líquida	(19.918)	(11.488)
Constituição (reversão) de provisão	105	(385)
Imposto de renda e CSLL diferidos	(34)	3.595
Baixas do ativo permanente	5	147
	84.734	86.596
Redução (aumento) nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(798)	(2.751)
Tributos e contribuições sociais a recuperar	(348)	(815)
Cauções e depósitos vinculados	(9.507)	(16.019)
Outros	92	(299)
	(10.561)	(19.884)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(1.238)	504
Financiamentos, debêntures e encargos	3.811	7.663
Tributos e contribuições sociais	415	2.842
Concessão ANEEL	14.482	13.180
Outros	12.188	8.498
	29.658	32.687
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	103.831	99.399
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(1.494)	(1.223)
	(1.494)	(1.223)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos		
Atividades de financiamento		
Pagamentos de financiamentos e debêntures	(337.254)	(47.372)
Resgate de cauções e depósitos vinculados	30.009	20.463
Pagamento de dividendos	(30.000)	-
Aumento de capital	200.000	-
	(137.245)	(26.909)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		
Total dos efeitos no caixa	(34.908)	71.267
Caixa e equivalentes		
Saldo inicial	99.612	28.345
Saldo final	64.704	99.612
	(34.908)	71.267
Varição		
Pagamentos efetuados no exercício		
Juros de financiamentos e debêntures	34.020	55.397
Imposto de renda e contribuição social	35.024	27.780
Transações que não envolveram caixa		
Imposto de renda e contribuição social compensados	3.596	2.289
Dividendos propostos/revertidos	65.000	52.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

(em milhares de reais)

	2005	%	2004	%
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas, serviços e outras	268.506		246.107	
Reversão/provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	55		(38)	
Resultado não operacional	-		(17)	
	268.561		246.052	
(-) Insumos				
Materiais	(623)		(339)	
Serviços de terceiros	(8.158)		(7.568)	
Seguros	(1.031)		(1.350)	
Energia elétrica comprada para revenda	(1.275)		(3.071)	
Encargos de uso da rede elétrica	(22.279)		(17.309)	
Outros	(394)		326	
	(33.760)		(29.311)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	234.801		216.741	
Depreciação e amortização	(26.130)		(25.942)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	208.671		190.799	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	13.888		15.881	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	222.559		206.680	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração:				
Do trabalho				
Remuneração e encargos trabalhistas	929	0,42	602	0,29
Benefícios	169	0,07	125	0,06
	1.098	0,49	727	0,35
Do capital de terceiros				
Encargos e variações monetárias	73.711	33,11	64.828	31,37
Outras despesas financeiras	3.050	1,38	15.692	7,59
Aluguéis	412	0,19	474	0,23
	77.173	34,68	80.994	39,19
Do governo				
Impostos, taxas e contribuições	16.150	7,26	13.150	6,36
Encargos setoriais	9.439	4,24	7.697	3,72
Imposto de renda e contribuição social	40.253	18,08	35.327	17,10
	65.842	29,58	56.174	27,18
Do capital próprio				
Reserva legal	3.922	1,76	3.439	1,66
Dividendos propostos	65.000	29,21	-	-
Reserva de retenção de lucros	9.524	4,28	65.346	31,62
	78.446	35,25	68.785	33,28
	222.559	100,00	206.680	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(em milhares de reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Meridional - CEM, concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis - SC, constituída em 22 de outubro de 1997, tem como objetivo: I. distribuir, comercializar, gerar e operar usinas produtoras e linhas de transmissão de qualquer tipo de energia, observadas as formalidades legais; II. realizar estudos, projetos e construções de usinas produtoras e de linhas de transmissão; III. participar e/ou controlar empresas do setor energético ou a ele vinculado, podendo promover fusões, incorporações, cisões ou outras formas de associação de empresas; IV. intermediar e operacionalizar negócios no País e no exterior; V. prestar consultoria de negócios, inclusive para importação e exportação de bens e serviços.

A Companhia detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, entre os Municípios de Minaçu e Cavalcante, no Estado de Goiás, com potência instalada de 450 MW e energia assegurada de 273,5 MW médios. A operação da UHE Cana Brava, deu-se em maio de 2002, sendo que a primeira das três unidades geradoras da usina foi disponibilizada para despacho do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS em 22.05.2002 e a terceira, em 25.09.2002.

A Companhia é controlada pela Tractebel Energia S.A., que detém 99,99% das ações representativas do seu capital social.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Todos os valores apresentados (textos e tabelas) nas demonstrações financeiras e nas Notas Explicativas estão expressos em Reais mil, exceto onde indicado de maneira diferente.

A Companhia está apresentando, adicionalmente às demonstrações financeiras, as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, respectivamente.

As demonstrações financeiras estão em consonância com os princípios e práticas contábeis adotadas no País. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Crerios gerais de avaliação

a) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os títulos e valores mobiliários são registrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, cujos valores contábeis não excedem os preços médios de mercado.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está associada a créditos decorrentes de operações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE. As demais contas a receber decorrem de venda de energia elétrica para a acionista controladora, sob a regência do Contrato-Base de Compra e Venda de Energia Elétrica (ver Nota 4).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo fiscal diferido) são calculados às alquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base nas diferenças temporárias. A segregação entre circulante e longo prazo obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem (ver Nota 7).

b) Permanente

A concessão onerosa para a exploração do potencial de energia da Usina Hidrelétrica Cana Brava é reconhecida a valor presente na data da entrada em operação comercial do empreendimento. A amortização é calculada linearmente à taxa compatível com o prazo de concessão.

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 002, de 24.12.1997, e nº 044, de 17.03.1999, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro - UC que compõem o empreendimento, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30.11.1994.

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os gastos registrados no ativo diferido são amortizados, linearmente, em cinco anos.

c) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os financiamentos, os recursos de debêntures, as obrigações vinculadas à outorga da concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava e os encargos decorrentes de ambos, apropriados até a data do balanço, são atualizados pelos índices contratuais (ver Notas 10, 11 e 12). As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos;

d) Resultado do período

As receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

NOTA 3 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2005	2004
Certificado de Depósito Bancário - CDB	23.815	74.546
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.072	29.964
Notas do Tesouro Nacional - NTN-D	5.059	-
Notas do Banco Central - NBC-E	11.982	-
	69.928	104.510
Provisão para Perdas em Aplicações Financeiras	(5.531)	(5.531)
	64.397	98.979

A provisão para perdas em aplicações financeiras refere-se a aplicações em CDB que a Companhia possui no Banco Santos, o qual teve a falência decretada em 20.09.2005.

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(em milhares de reais)

NOTA 4 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	2005		2004	
	Vencidos Mais de 90 dias	Total	Vencidos Mais de 90 dias	Total
Concessionária	30.578	30.578	29.838	29.838
Transações no âmbito do CCEE/MAE	790	919	781	916
	31.368	31.497	30.619	30.754
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(625)	(754)	(680)	(809)
	30.743	30.743	29.939	29.945

O valor registrado na rubrica "Concessionária" refere-se à energia elétrica vendida para a controladora, Tractebel Energia S.A., nos termos do contrato firmado pelas partes (ver Nota 16).

As faturas de suprimento à Tractebel Energia são desdobradas em três parcelas iguais, com vencimentos no mês seguinte e no segundo mês subsequente ao do suprimento.

Parte das transações no MAE, que para a Companhia representa o valor de R\$ 754, encontra-se sub judice em decorrência de ações judiciais impetradas por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto no Despacho ANEEL nº 288, de 16.05.2002. Tendo em vista as incertezas quanto à realização desses créditos, a Companhia mantém provisão para suportar eventuais perdas dos valores em litígio.

NOTA 5 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2005	2004
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte	928	181
ICMS	6	5
PIS	-	34
COFINS	-	465
	934	685
Longo prazo		
ICMS	857	595
PIS	-	29
COFINS	-	134
	857	758
	1.791	1.443

NOTA 6 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2005	2004
Circulante		
Conta reserva – CCEE	463	402
	463	402
Longo Prazo		
Conta reserva – serviço da dívida	21.013	49.093
	21.013	49.093
	21.476	49.495

O valor referente à conta reserva – CCEE destina-se a garantir as operações de compra e venda de energia elétrica no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica, em consonância com as regras daquele mercado, e está aplicado em Certificados de Depósitos Bancários – CDB.

Em cumprimento às exigências contidas no Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a Companhia mantém recursos financeiros vinculados, destinados a garantir o serviço da dívida, os quais estão aplicados em Títulos Públicos Privados indexados à moeda nacional. Estes recursos devem ser mantidos como conta reserva, durante a vigência do contrato, e, mensalmente, ajustados para corresponderem ao equivalente a seis meses do serviço da dívida.

NOTA 7 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

Natureza dos créditos	2005			2004	
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Provisão para contingências	299	75	27	102	74
Provisão para grandes manutenções	210	52	19	71	46
Provisão para perdas em aplicações financeiras	5.531	1.383	498	1.881	1.881
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	754	188	68	256	275
	1.698	612	2.310	2.276	2.276
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante	11	4	15	2.156	
Realizável a longo prazo	1.687	608	2.295	120	
	1.698	612	2.310	2.276	

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas.

Em 2005, o ativo fiscal diferido sobre a provisão para perdas em aplicações financeiras foi reclassificado para longo prazo devido à modificação da expectativa quanto a sua realização.

Estudo técnico de viabilidade, aprovado pelos órgãos de administração da Companhia, indica que os ativos fiscais diferidos serão totalmente recuperados por lucros tributáveis futuros. Referido estudo técnico está em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

O horizonte de realização desses ativos e a sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados pela Administração da Companhia, conforme abaixo indicado:

Natureza do ativo	2006	2007	2008	2009	Próximos 3 anos	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	256	256
Provisão para perdas em aplicações financeiras	-	-	-	1.881	-	1.881
Demais diferenças temporárias	15	74	22	62	173	275
	15	74	22	1.943	256	2.310

NOTA 8 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2005		2004	
	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda
Resultado antes dos tributos	118.699	118.699	104.112	104.112
Diferenças permanentes				
Adições				
Doações	-	-	665	665
Doações incentivadas	270	270	200	200
Gratificação e 13º de dirigentes	-	389	-	126
Outras despesas indedutíveis	-	2	-	31
(=) Base de cálculo dos tributos no resultado	118.969	119.360	104.977	105.134
Aliquotas	9%	25%	9%	25%
(=) Contribuição social e imposto de renda	(10.707)	(29.840)	(9.448)	(26.283)
Incentivos fiscais	-	270	-	380
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	-	24	-	24
(=) Contribuição social e imposto de renda no resultado	(10.707)	(29.546)	(9.448)	(25.879)
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(10.716)	(29.571)	(8.494)	(23.238)
Diferido	9	25	(954)	(2.641)
	(10.707)	(29.546)	(9.448)	(25.879)

NOTA 9 – PERMANENTE

a) Imobilizado

Composição:

	2005		2004	
	(%) Taxa de depreciação	Custo corrigido	(%) Taxa de depreciação	Custo corrigido
Imobilizações em Serviço Intangível				
Direito de exploração	-	88.664	-	88.664
(-) Amortização acumulada	3,21	(9.796)	3,21	(6.950)
		78.868		81.714
Geração hidráulica				
UHE Cana Brava	-	871.345	-	869.322
(-) Depreciação acumulada	2,49	(72.083)	2,49	(50.702)
		799.262		818.620
Imobilizações em Curso				
Geração hidráulica				
UHE Cana Brava (obra de adição)	-	1.068	-	1.602
		1.068		1.602
		879.198		901.936

b) Mutação no ativo imobilizado

	Em serviço	Em curso	Total
Saldo em 31.12.2003	922.848	2.132	924.980
Aquisições	-	1.223	1.223
Transferências	1.646	(1.646)	-
Depreciação	(24.120)	-	(24.120)
Baixas	(40)	(107)	(147)
Saldo em 31.12.2004	900.334	1.602	901.936
Aquisições	-	1.494	1.494
Transferências	2.028	(2.028)	-
Depreciação	(24.227)	-	(24.227)
Baixas	(5)	-	(5)
Saldo em 31.12.2005	878.130	1.068	879.198

A rubrica "Direito de exploração" se refere ao custo da outorga da concessão para a exploração do potencial de energia hidráulica, denominado Aproveitamento Hidrelétrico Cana Brava. O valor será pago à União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme contrato de concessão nº 185/98 assinado com aquela Agência, e está ajustado a valor presente pela taxa de desconto de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência nº 04/97-DNAEE (ver Nota 12). Até a completa entrada em operação comercial da usina, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo intangível e, a partir daí, apropriada diretamente no resultado.

O prazo de concessão é de 35 anos contados a partir de 27 de agosto de 1998 e o custo está sendo amortizado, a partir de junho de 2002, à taxa de 3,21% a.a.

A depreciação da usina está sendo calculada de acordo com as práticas mencionadas na Nota 2-b.

Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inseríveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

c) Diferido

Os gastos necessários à implantação e organização da Companhia, inclusive aqueles de cunho administrativo, foram classificados neste subgrupo e estão sendo amortizados em cinco anos.

NOTA 10 – FINANCIAMENTOS

a) Composição:

Moeda Nacional	2005			2004		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	15.050	92.439	107.489	14.589	103.327	117.916
	15.050	92.439	107.489	14.589	103.327	117.916
Moeda Estrangeira						
Inter-American Development Bank - IDB (A Loan)	-	-	-	12.823	148.404	161.227
Inter-American Development Bank - IDB (B Loan)	-	-	-	21.783	159.492	181.275
	-	-	-	34.606	307.896	342.502
	15.050	92.439	107.489	49.195	411.223	460.418

b) Mutação dos financiamentos:

	Circulante	Longo prazo	Total
Saldo em 31.12.2003	43.570	482.188	525.758
Transferências	48.089	(48.089)	-
Encargos gerados	45.858	3.919	49.777
Variações monetárias geradas	(2.264)	(26.795)	(29.059)
Amortizações	(86.058)	-	(86.058)
Saldo em 31.12.2004	49.195	411.223	460.418
Transferências	299.907	(299.907)	-
Encargos gerados	21.703	3.473	25.176
Variações monetárias geradas	(1.807)	(22.350)	(24.157)
Amortizações	(353.948)	-	(353.948)
Saldo em 31.12.2005	15.050	92.439	107.489

Em 16.05.2005, a Companhia liquidou os financiamentos por ela contraídos, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O pré-pagamento, no valor total de R\$ 328.582, ocorreu com recursos próprios da Companhia e também, com recursos provenientes do aumento de capital efetuado pela Controladora, no valor de R\$ 200.000. (ver Nota 14). A antecipação da liquidação deste financiamento gerou uma multa de rescisão contratual no valor de R\$ 14.530.

c) Condições:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, assinado em 5 de abril de 2000, com as seguintes características:

Juros: TJLP mais 4% a.a., sendo que o montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor do principal.

Vencimento dos juros: trimestral

Amortização: 117 parcelas mensais com início em 15.08.2003

A Companhia cedeu os recebíveis decorrentes da geração e comercialização provenientes da UHE Cana Brava, em garantia de pagamento de seus empréstimos e financiamentos.

A controladora da Companhia, Tractebel Energia S.A., deu ao BNDES, em caução, a totalidade das ações de sua propriedade, representativas do capital social da CEM, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato.

d) Composição por tipo de moeda:

Moeda estrangeira	2005		2004	
	Em Reais	%	Em USD	Em Reais
Moeda nacional	107.489	100,00	-	117.916
	107.489	100,00	129.032	342.502
				460.418
				100,00

e) Variação do dólar e da URTJLP:

	2005	2004
Dólar Americano – USD	(11,82)	(8,13)
URTJLP	3,59	3,66

f) Vencimentos dos financiamentos e encargos a longo prazo:

	2005	2004
2006	-	56.226
2007	14.596	55.584
2008	14.596	54.656
2009	14.596	49.625
2010	14.596	49.054
2011	14.596	45.986
De 2012 a 2013	19.459	100.092
	92.439	411.223

NOTA 11 – DEBÊNTURES

Para financiamento da construção da Usina Hidrelétrica Cana Brava, em 19 de maio de 1999 foi assinado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures nº 98.2.654.3.1, tendo sido subscritas e integralizadas, no período de maio a dezembro de 1999, o montante de 7.773 debêntures.

a) Composição:

Moeda Nacional	2005			2004		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	10.919	82.518	93.437	10.008	88.099	98.107
	10.919	82.518	93.437	10.008	88.099	98.107

b) Mutação das debêntures:

	Circulante	Longo prazo	Total
Saldo em 31.12.2003	9.146	92.390	101.536
Transferências	7.562	(7.562)	-
Encargos gerados	10.011	3.271	13.282
Amortização	(16.711)	-	(16.711)
Saldo em 31.12.2004	10.008	88.099	98.107
Transferências	8.616	(8.616)	-
Encargos gerados	9.620	3.035	12.655
Amortizações	(17.325)	-	(17.325)
Saldo em 31.12.2005	10.919	82.518	93.437

c) Condições:

As debêntures são remuneradas com base na TJLP mais 4% a.a., com pagamento dos juros semestralmente, no período de 01.10.1999 até 01.04.2013.

O

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(em milhares de reais)

de desconto de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência nº 04/97 para a licitação da referida concessão. Até a entrada em operação comercial da usina Cana Brava, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo intangível e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

O saldo desta obrigação, atualizado até 31.12.2005, é de R\$ 179.660, sendo R\$ 1.530 no passivo circulante e R\$ 178.130 no exigível a longo prazo (até 31.12.2004, R\$ 161.889, sendo R\$ 1.472 no passivo circulante e R\$ 160.417 no exigível a longo prazo), no exercício de 2005 foi pago o valor de R\$ 1.477 (R\$ 366 em 2004).

O total devido a longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

	2005	2004
2006	-	1.506
2007	1.530	1.506
2008	1.530	1.506
2009	1.530	1.506
2010	1.530	1.506
2011	1.530	1.506
De 2012 até 2033	170.480	151.381
	178.130	160.417

NOTA 13 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras provisões para processos judiciais cíveis que tramitam nas Comarcas de Minaçu e Cavalante, que na avaliação dos Consultores Jurídicos se revestem de riscos prováveis.

Todos esses processos estão provisionados pelo valor de R\$ 299 em 31.12.2005 (R\$ 218 em 31.12.2004), julgados suficientes para cobertura dessas contingências.

A Companhia é parte em processos judiciais que na avaliação dos Consultores Jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	2005		2004	
	Risco possível	Risco remoto	Risco possível	Risco remoto
Cíveis	16.067	7.731	13.020	6.777
Fiscais	7.660	-	-	-
	23.727	7.731	13.020	6.777
		31.458		19.797

Os processos cíveis e respectivos valores enquadrados como "Risco possível" estão abaixo descritos:

- R\$ 10.294 – 131 ações cominatórias, onde os autores alegam terem sido atingidos pelo reservatório da UHE Cana Brava e pedem reassentamento individual ou carta de crédito;
- R\$ 1.252 – Ação popular relativa ao enchimento do reservatório da UHE Cana Brava;
- R\$ 4.521 – 30 ações indenizatórias, onde os autores alegam danos sofridos às suas atividades ou às suas propriedades em decorrência da implantação da UHE Cana Brava.
- R\$ 7.660 – PIS/COFINS sobre receitas decorrentes de contratos assinados anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a 1 ano e a preço predeterminado.

Em 05.07.2005, a Companhia impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal em Florianópolis, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo, ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/03. A Companhia entende que a aceção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-lei nº 1.598/1977, o que implica ser a indigitada Instrução Normativa ilegal.

Em consequência, a Companhia está recolhendo o PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes do contrato firmado com a Controladora, anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, depositando os valores que entende indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação, perfazendo o montante de R\$ 6.583 até 31.12.2005.

Todos os processos judiciais encontram-se no primeiro grau de jurisdição, sendo que na maioria não houve, ainda, a realização da audiência de instrução.

Contingência ativa

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS, instituído pela Lei nº 9.718/98.

A Companhia tem processo semelhante aguardando decisão judicial, com provável chance de êxito.

As receitas atingidas pelo alargamento da base de cálculo são, basicamente, as receitas financeiras e o valor que a Companhia espera recuperar, atualizados até 31.12.2005, é de R\$ 1.074.

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais), independentemente de reforma estatutária, podendo ser emitidas ações ordinárias ou preferenciais.

b) Capital social subscrito e integralizado

O Conselho de Administração da CEM, em reunião realizada em 16.05.2005, aprovou o aumento do capital social em R\$ 200.000, com a emissão para subscrição particular de 39.785.770 ações ordinárias e 79.571.539 ações preferenciais, integralmente subscritas pela controladora Tractebel Energia S.A. Esta emissão de ações foi efetuada com o valor patrimonial da ação de R\$ 1,675641 considerando o patrimônio líquido da Companhia em 30.04.2005. Dessa forma, o capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 424.222 (R\$ 224.222 em 31.12.2004) e está representado por 344.528.001 ações sendo 118.849.336 ações ordinárias e 225.678.665 ações preferenciais. O valor patrimonial da ação, em 31.12.2005, é de R\$ 1,54 (R\$ 1,55 em 31.12.2004).

As ações preferenciais fazem jus a um dividendo mínimo, não cumulativo, de R\$ 0,01 (um centavo de real) por ação, e terão prioridade no reembolso do capital, sem prêmio.

O quadro societário da Companhia, em 31.12.2005, está assim constituído:

Acionistas	Quantidade		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Tractebel Energia S.A.	118.849.332	225.678.665	344.527.997
Suez Energy South America Participações Ltda.	1	-	1
Conselho de Administração	3	-	3
	118.849.336	225.678.665	344.528.001

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA EXECUTIVA		DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
Maurício Stolle Bähr Presidente	Manoel Arlindo Zaroni Torres Diretor Presidente	Marc Verstraete Diretor Administrativo e Financeiro	Marcelo Cardoso Malta Contador - CRC RJ 072259/O-5		
Manoel Arlindo Zaroni Torres Conselheiro	Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos Conselheiro	José Carlos Cauduro Minuzo Diretor de Operação			

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas

Companhia Energética Meridional - CEM

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Energética Meridional - CEM, levantados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Meridional - CEM em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

c) Reservas de lucros
A composição das reservas de lucros, em 31 de dezembro é a seguinte:

	2005	2004
Reserva legal	10.139	6.217
Reserva de retenção de lucros	97.648	118.124
	107.787	124.341

d) Dividendos Propostos

Cálculo dos dividendos

	2005	2004
Lucro líquido do exercício		78.446
Destinação proposta à A.G.O.:		
Reserva Legal – 5%		3.922
Reserva de Retenção de Lucros		9.524
Dividendos propostos		65.000
		78.446

Dividendos por ações preferenciais e ordinárias (em R\$ 1,00):

0,188664

NOTA 15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

A utilização de instrumentos financeiros e derivativos, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Estes riscos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado.

A Companhia possui em seus ativos títulos públicos federais indexados ao dólar norte americano. Tais ativos eram usados para hedge do passivo cambial até a liquidação do mesmo. Devido à apreciação da moeda brasileira e a consequente desvalorização desses títulos, a Companhia optou por não vendê-los no mercado nas atuais circunstâncias.

Em novembro de 2004, a Companhia implementou uma política de maior proteção do seu passivo em moeda externa, utilizando-se de swaps no mercado de balcão, com vencimento concomitante com as datas de vencimento do fluxo de compromissos desse passivo, considerando-se um período de vinte e quatro meses. As operações são registradas na CETIP e têm como contraparte instituições financeiras de comprovada solidez financeira e patrimonial, dentro dos limites de crédito definidos pela Companhia. As operações com derivativos, registradas nos livros da Companhia, geraram perda de R\$ 25.716 no ano de 2005 e passivo de R\$ 19.695 em 31 de dezembro de 2005.

b) Valor de mercado

As operações envolvendo instrumentos financeiros não apresentam diferenças relevantes entre os valores médios de mercado e os valores apresentados nas demonstrações financeiras. Na determinação dos valores médios de mercado a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas adotadas no mercado para operações similares.

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com sua controladora, conforme a seguir especificados:

a) Contrato firmado em 09.04.1999, aditado em 15.04.1999 e 09.11.2002, com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Companhia não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

b) Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, firmado em 05.01.2001, aditado em 06.03.2001 e 09.08.2002, com vigência até 2015, para venda da energia produzida na UHE Cana Brava. O contrato estabelece a aquisição, pela controladora, nos montantes anuais de 1.125.616 MWh, 2.189.036 MWh e 2.395.903 MWh, a partir dos meses de outubro de 2002, novembro de 2002 e dezembro 2002, respectivamente. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

c) Contrato de Operação e Manutenção da UHE Cana Brava, celebrado em 05.01.2001, aditado em 09.03.2001 e 01.06.2002, com vigência até o término da concessão da usina e valores reajustáveis anualmente pelo IGP-M, através do qual a controladora se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento e a Companhia se obriga a pagar os valores contratuais.

Os saldos dos valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	2005	2004
Ativo		
Concessionárias e permissionárias	30.578	29.838
Alienação de bens e direitos	-	1
Passivo		
Fornecedores	130	359
Dividendos propostos	65.000	-
Outros	1	-
Resultado		
Receita operacional		
Suprimento de energia elétrica	267.903	245.226
Custos e despesas operacionais		
Serviços de terceiros	2.248	2.127

NOTA 17 – CONTRATOS DE LONGO PRAZO

Além dos contratos firmados com a Controladora, citados na Nota 16, a Companhia possui compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão

Em conformidade com a Lei nº 9.648/98 e Decreto nº 2.655/98, estabelecendo que o acesso e uso dos sistemas de transmissão de energia elétrica sejam contratados separadamente da compra e venda de energia propriamente dita, a Companhia, em 23 de janeiro de 2002, assinou o Contrato de Conexão com a Furnas Centrais Elétricas S.A., com vigência de 30 anos a partir daquela data.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão

A Companhia firmou contrato de uso do sistema de transmissão, de acordo com a Lei nº 9.648/98 e Decreto nº 2.655/98, com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e Concessionárias de Transmissão, garantindo o uso da Rede Básica para entrega da energia contratada. O contrato foi assinado em 1º de abril de 2002, com vigência da data de sua assinatura até a extinção da concessão.

NOTA 18 - SEGUROS

A UHE Cana Brava está incluída na apólice de sua Controladora, Tractebel Energia S.A., com valor declarado para danos materiais de US\$ 320.000 mil, equivalentes a R\$ 749.024 em 31.12.2005, e lucros cessantes de US\$ 8.105 mil, equivalentes a R\$ 18.971 em 31.12.2005, através do endosso nº 1095000026.

NOTA 19 – SERVIÇOS DE AUDITORIA

Os auditores independentes da Companhia não prestam outros serviços além dos serviços de auditoria contábil.